PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Empresarial		
Departamento: Departamento de Administração Empresarial		
Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado		**Código:** 11IDPP
Carga horária: 72 horas	**Período letivo:** 2010.1	**Termo:** 1º
Professor: Adrián Sánchez Abraham		
Contato: adrian.sanchez@floripa.com.br		

II. EMENTA

Administração/empresa e administração pública. Legislação básica. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional. Direito Civil e Comercial. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Civil e Comercial frente ao contexto brasileiro e internacional.

III. OBJETIVOS

Conhecer e compreender conceitos básicos jurídicos, organização judiciária e do Estado.
Conhecer a legislação vigente referente ao direito empresarial.
Compreender a aplicação das regras de direito civil e de direito empresarial.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTIVO

1. Teoria Geral do Direito.
1.1. Noção de Direito.
1.2. Divisão do Direito em Direito Público e Direito Privado, e os respectivos ramos.
1.3. Conceito e classificação das leis. Fontes de Direito.
1.4. Conceito de Estado. Divisão dos Poderes. Constituição. Conceito e espécies.
1.5. Pessoa Física. Conceito. Personalidade e capacidade.
1.6. Pessoa Jurídica. Conceito. Espécies.
1.7. Bens. Conceito e Classificação.
1.8. Fatos e atos jurídicos. Conceito. Elementos. Classificação. Defeitos. Nulidades.
1.9. Prescrição e decadência.

2. Noções Gerais de Direito Civil.
2.1. Direitos personalíssimos e direitos patrimoniais. Direitos reais e direitos obrigacionais.
2.2. Propriedade. Conceito. Elementos. Espécies. Aquisição. Limitações ao direito de propriedade.
2.3. Direitos reais sobre coisas alheias. Conceito. Espécies.
2.4. Obrigações. Conceito. Elementos constitutivos. Fontes. Efeitos.
2.5. Contrato. Princípios gerais. Classificação. Espécies e efeitos.
2.6. Responsabilidade civil. Noções gerais. Teoria da culpa e teoria do risco.

3. Direito Empresarial e Comercial.
3.1. Ato de comércio. Conceito e classificação.
3.2. Comerciante. Conceito. Registro. Firma. Deveres.
3.3. Sociedade comercial. Conceito. Espécies.
3.4. Conceito jurídico de empresa.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, para a parte teórica e a legislação pertinente. Realização de seminários, debates sobre temas de maior interesse, e textos previamente apresentados, que enfoquem os pontos da disciplina no atual contexto econômico

IV. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. No mínimo duas notas, uma por bimestre, com pesos iguais.
2. Cada uma dessas notas será composta por, no mínimo, uma avaliação individual escrita, a ser

realizada em data determinada pelo professor.
3. Outras avaliações, individuais ou em grupo (como testes, orais ou escritos, trabalhos de pesquisa e seminários, entre outras atividades), poderão ser realizadas em cada bimestre, por determinação do professor e mediante aviso prévio. As notas dessas outras avaliações comporão a nota bimestral referente ao bimestre em que realizadas e terão pesos iguais ao da avaliação individual indicada no item 2.
4. O professor poderá, SEM AVISO PRÉVIO, de surpresa, realizar avaliações que valerão nota, com peso igual aos demais avaliações. Essas atividades constarão de resolução de exercícios, discussão de textos, elaboração de resumos analíticos e também testes, orais ou escritos. Não há, em hipótese alguma, reposição desta nota.
5. As avaliações mencionadas nos itens 2 e 3 não realizadas pelo acadêmico na data prevista poderão ser feitas somente na forma regimental, de acordo com as informações abaixo.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;
IV - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
V - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro(a);
VI - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
VII - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela coordenação do respectivo curso ou instância hierárquica superior;
VIII - direitos outorgados por lei;
IX - coincidência de horários de exames finais, fixados por edital próprio;
X – convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País.

Leia a resolução na integra na página da Secretaria dos Conselhos: http://secon.udesc.br/

V. BIBLIOGRAFIA

Básica
ALBERGÁRIA, Bruno. Instituições de Direito. São Paulo: Atlas, 2008.
BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de Direito Público e de Direito Privado. São Paulo: Saraiva, 2003.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.
BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (institui o novo Código Civil).
DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2008.
FÜHRER, Maximilianus C. A. e MILARÉ, Edis. Manual de Direito Público e Privado (Max & Edis). São Paulo: Atlas.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2009.
MILARÉ, Edis e HERMANN, Max. Manual do Direito Público e Privado. São Paulo: RT, 2009.
NASCIMENTO, Amauri e PINHO, Rui Rebello. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2004.
PALAIA, Nelson. Noções Essenciais de Direito. São Paulo: Saraiva, 2005.
SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Malheiros, 2007.
Complementar
AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. Porto Alegre: Globo, 2008.
BOBBIO, Norberto.. Estado, Governo, Sociedade. Sao Paulo: Paz e Terra, 2009.
BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito Societário. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BULGARELLI, Waldirio. Contratos Mercantis. São Paulo: Atlas, 2001.
BULGARELLI, Waldirio. Direito **C**omercial. São Paulo: Atlas, 2001.
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2009.
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo:Malheiros, 2009.